

ANEXO-13

PARÂMETROS E PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DA BONIFICAÇÃO



**Edital 01/2016 Lote-2 de
Concessão Florestal na Floresta
Estadual do Amapá**

Este anexo estabelece os parâmetros, procedimentos e regras para a aplicação da bonificação em contratos de concessão florestal de florestas públicas federais.

DA BONIFICAÇÃO

Para as finalidades deste anexo, a bonificação dos contratos de concessão florestal prevista no inciso XIX do art. 30 da Lei nº 11.284/2006 caracteriza-se por descontos percentuais incidentes sobre o preço para o produto madeira em tora estabelecida no contrato, conforme limites e prazos constantes do mesmo.

Em contratos que prevêm preços diferenciados por grupos de espécies, a aplicação da bonificação ocorrerá por meio de desconto percentual sobre o preço contratado para cada grupo de espécies.

Todo edital e contrato de concessão florestal conterá indicadores técnicos que preverão os percentuais de bonificação.

Os indicadores técnicos que preveem percentuais de bonificação podem ser classificatórios ou exclusivamente bonificadores.

Para os indicadores classificatórios, a bonificação condiciona-se à superação dos parâmetros constantes na proposta técnica do concessionário e à gradação estabelecida no edital.

Para os indicadores exclusivamente bonificadores, a bonificação condiciona-se ao alcance do parâmetro mínimo de bonificação e à gradação estabelecida no edital.

Os editais de concessão florestal estabelecerão os parâmetros de desempenho para a aplicação da bonificação, assim como o método de verificação e os percentuais de desconto.

São requisitos mínimos para a bonificação:

- Existência de ágio contratual, definido a partir da diferença percentual entre o preço contratado (PC) e preço mínimo do edital (PME);
- Alcance dos parâmetros mínimos de desempenho para bonificação, constantes do edital;
- Cumprimento da proposta técnica, com alcance dos valores dos indicadores classificatórios estabelecidos em contrato;
- inexistência de aplicação de sanção administrativa e suspensão a que se refere o §2º do art. 30 da Lei no 11284/2006, confirmada pelo(a) Diretor(a) do IEF/AP, no período em relação ao qual a bonificação está sendo solicitada; e
- produção equivalente ao valor mínimo anual.

A verificação do cumprimento do inciso II do art. 4º deste anexo se dará em relação ao período ao qual a bonificação está vinculada.

PARÂMETROS E PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DA BONIFICAÇÃO

O limite de bonificação será definido no edital de concessão florestal, por meio da soma dos percentuais máximos de bonificação estabelecidos para cada indicador.

Para fins deste artigo, entende-se limite de bonificação em função do ágio a diferença estabelecida, em termos percentuais, entre o preço contratado (PC) e o preço mínimo do edital (PME), calculada sobre o preço contratado (PC), conforme fórmula a seguir:

$$LBFA = 100 - ((PME * 100) / PC)$$

Em que:

LBFA – limite de bonificação em função do ágio;

PME – preço mínimo do edital (em R\$/m³);

PC – preço contratado da proposta vencedora (em R\$/m³).

DO PROCEDIMENTO DE APLICAÇÃO DA BONIFICAÇÃO

A bonificação é de caráter voluntário e deve ser solicitada anualmente pelo concessionário até o 10a (décimo) dia do mês de março.

A solicitação será apresentada de forma individualizada para cada indicador, junto com a documentação comprobatória do alcance do desempenho mínimo durante os 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

A documentação apresentada será conferida e, caso necessário, poderão ser realizadas diligências, avaliações de campo, entre outros meios de verificação.

Caso se verifique que o concessionário apresentou informações e documentos falsos para fins de solicitação de bonificação, o IEF/AP poderá solicitar, aos órgãos responsáveis, as providências cabíveis para a eventual responsabilização civil, penal e administrativa.

Compete à área técnica do IEF/AP responsável pela gestão dos contratos elaborar parecer técnico sobre a solicitação da bonificação pelo concessionário.

A bonificação será outorgada por decisão do(a) Diretor(a) do IEF/AP, que especificará o indicador, o desempenho, o percentual de desconto, a periodicidade de revisão e a sua data de validade.

A validade da bonificação é equivalente à periodicidade de revisão do indicador a que a outorga se refere.

O período de vigência da bonificação será de um ano, compreendido entre a data do término do período de embargo e a mesma data do ano seguinte.

A bonificação poderá ser renovável anualmente, mediante solicitação do concessionário acompanhada de documentação comprobatória, e parecer da área técnica.

Parágrafo único. A renovação da bonificação será autorizada pelo(a) Diretor(a) do IEF/AP.

PARÂMETROS E PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DA BONIFICAÇÃO

A bonificação não será aplicada à madeira que não for transportada até o dia 31 de março de cada ano.

O percentual anual de bonificação de cada contrato será calculado em função dos seguintes parâmetros:

- O cumprimento dos requisitos estabelecidos neste anexo;
- A soma dos percentuais outorgados anualmente para cada indicador; e
- O limite de bonificação em função do ágio do contrato.

A bonificação será aplicada da seguinte forma:

- Uma vez estabelecido o percentual anual de bonificação ao qual o contrato tem direito, será verificado, trimestralmente;
- Uma vez cumpridos os pré-requisitos, a bonificação será aplicada, com base no percentual anual de ágio do contrato, para cada metro cúbico (m³) produzido.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Aplica-se, no que couber, o disposto no presente anexo aos contratos de concessão em andamento, devendo ser adotadas as providências necessárias para tanto.